

8º FÓRUM DE EXTENSÃO E CULTURA DA UEM

O CENTRO DE REFERENCIA EM AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA COMO FERRAMENTA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NOS MUNICÍPIOS DE MARINGÁ, PAIÇANDU E SARANDI

Fernande Antunes Fernandes¹

Enio Gonçalves de Moraes²

Amanda Cacere Almagro³

Thaís Calvo Fugineri Moreti³

Tiago Ribeiro da Costa¹

A implantação do Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana – Ceraup/UEM faz parte da política de distribuição de renda e garantia de segurança alimentar e nutricional promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Social, através de sua Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O Projeto objetivou-se na construção, implementação, condução e gestão de modelos de produção que visem à inclusão social, a segurança alimentar e a geração de renda para famílias em situação de risco dos municípios atendidos (Maringá, Sarandi e Paiçandu). Atualmente, atendem-se aproximadamente 350 (trezentas e cinquenta) famílias nos três municípios trabalhados na Região Metropolitana de Maringá – RMM. O trabalho consiste em promover assistência técnica e extensão rural humanizadora – ATER, disponibilizando à comunidade o acesso a uma vasta gama de informações através de visitas diárias, dias de campo, reuniões, cursos de capacitação, entre outras atividades de acompanhamento do público beneficiário. O principal foco do projeto tem sido as Hortas Comunitárias, que possuem a seguinte metodologia de implantação: identifica-se a população beneficiária, seleciona-se a região e local ao qual será implantada, convida-se os interessados, e, depois de concluída a estrutura, sorteia-se os canteiros entre as famílias participantes (aproximadamente duas pessoas por família, dependendo do tamanho dos canteiros), onde serão plantadas as hortaliças de acordo com as orientações da ATER. A produção é de uso familiar, melhorando a saúde alimentar destes, com o aumento do consumo de hortaliças. Além disso, a comercialização dos produtos não consumidos pelas famílias disponibiliza um acréscimo de renda e em alguns casos é a única renda fixa da família. A comercialização destes produtos é realizada pelos beneficiários, ficando para eles o montante total destas transações. Os gastos mensais na produção são divididos entre as famílias. Normalmente é estipulada uma mensalidade que varia de R\$ 3,00 a R\$ 5,00, que é administrada pela diretoria da horta. Essa é eleita na primeira reunião e é constituída de um Presidente, um Vice-Presidente, um secretário e um tesoureiro (todos devem ser beneficiários). Assim, abre-se uma conta conjunta em nome do presidente e do tesoureiro a qual a sobra das despesas mensais são depositadas. As outras despesas são

¹ Engenheiro Agrônomo, Ceraup – UEM e Estudante de Mestrado do PGM/UEM

² Professor Doutor, DAG – UEM e coordenador do Ceraup/UEM

³ Estudantes de Agronomia, DAG – UEM e Estagiarias do Ceraup/UEM

financiadas pelos parceiros, porém busca-se uma independência financeira das mesmas, por isso a criação da diretoria e da mensalidade.

Palavra Chave: Agricultura Urbana. Economia Solidária. Hortas Comunitárias.

Área temática: Trabalho.

Coordenador(a) do projeto: Prof. Dr. Ednaldo Michellon, emichellon@uem.br,
Departamento de Agronomia – DAG/UEM